



Número: **0802833-42.2018.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **1ª Vara Regional de Mangabeira**

Última distribuição : **10/04/2018**

Valor da causa: **R\$ 9450.0**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | |
|----------|-------------------------------------|
| Tipo | Nome |
| ADVOGADO | ALEXANDRA CESAR DUARTE |
| AUTOR | MARIA ADRIANA ALVES DE SOUSA |
| ADVOGADO | JOSE EDUARDO DA SILVA |
| RÉU | SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A |

| Documentos | | | |
|------------|--------------------|--|-------------------|
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 13509361 | 10/04/2018 12:53 | MARIA ADRIANA ALVES DE SOUSA-2 | Outros Documentos |
| 13527746 | 16/04/2018 17:49 | Despacho | Despacho |
| 16732985 | 21/09/2018 09:59 | Expediente | Expediente |
| 17016461 | 04/10/2018 16:37 | Petição | Petição |
| 17016577 | 04/10/2018 16:37 | emenda a inicial Maria Adriana | Outros Documentos |
| 17494279 | 30/10/2018 15:49 | Despacho | Despacho |



Seguradora

LÍDER

Vara Criminal/ Juiz de Direito

Proc. Criminal nº 0841991-64.2017.8.15.2001 - ACIDENTE DE TRÂNSITO

JOÃO BATISTA DO NASCIMENTO X SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS S/A

Buscar no site

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

*velocidade que via
para federal
13/03/18*

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3170603357 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA MARIA ADRIANA ALVES DE SOUSA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO MARIA ADRIANA ALVES DE SOUSA

CPF/CNPJ: 08526943421

Posição em 24-11-2017 13:38:11

A documentação abaixo encontra-se pendente, devendo ser entregue no mesmo local em que a documentação inicial foi entregue.

| Descrição | Tipo | Status | Nome |
|-----------------------|--------|--------------|------|
| Boletim de ocorrência | Vitima | Não Conforme | |

ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A O

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)

Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)

Documento Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

PAGUE SEGURO

Como Pagar (/Pages/Pague-Seguro.aspx)

Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx)

Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)

DUARTE E SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Av. João Machado, 399, Sala - 01, Centro, João Pessoa-Paraíba.
83-998732-6361/ 83-99342-1170/ 83-3512-6361

PROCURAÇÃO "AD - JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE:

CONTRATANTES:

NOME Maria Adriana Alves de Sousa TELEFONE 987918883
ESTADO CIVIL solteira PROFISSÃO desempregada
CPF 085.269.434-21 RG 3497190 ENDEREÇO Rua Pajeandá
240, BL 09 - Ap 108, Gramma, João Pessoa/PB

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, **JOSÉ EDUARDO DA SILVA OAB/PB 12.578, e ALEXANDRA CESAR DAURTE OAB/PB 14.438, REGIANE LINO DE MELLO, OAB/GO 22.100**, com escritório profissional sito à Avenida João Machado 399, sala 01, Centro, João Pessoa, Paraíba.

Ficam conferidos a ele(s), amplos poderes para praticar todos os atos de processos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, instância ou tribunal, perante quaisquer pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista ou pessoa física em geral, outorgando poderes para: receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive levantar/receber alvarás judiciais, conjunta ou separadamente, junto aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso sempre no interesse do outorgante.

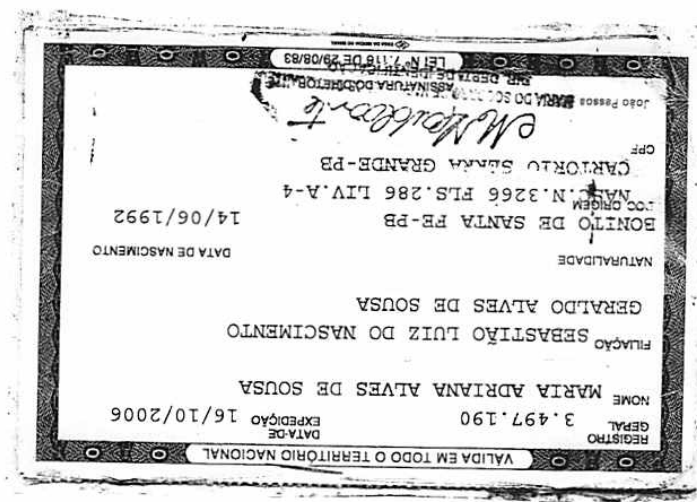
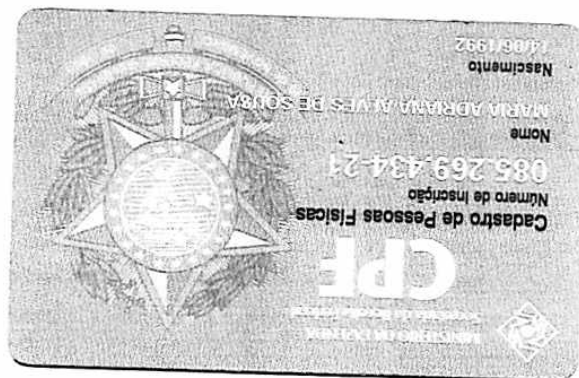
GRATUIDADE JUDICIÁRIA

Declara ainda o outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo do seu sustento ou da sua família, e, portanto, solicita os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.

João Pessoa, 09 de outubro de 2017.

(OUTORGANTE) x Maria Adriana Alves de Sousa

Num. 13509361 - Pág. 3





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 00436.01.2017.1.00.401

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 00436.01.2017.1.00.401, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 15:03 horas do dia 19 de janeiro de 2017, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouvea Neiva Almeida, matrícula 1560913, e lavrado por Maria Iva de Sousa Vieira, Agente de Investigação, matrícula 1819763, ao final assinado, compareceu **Gustavo de Lima Alves**, RG nº 4038987 SSDS/PB, CPF nº 116.306.544-77, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero masculino, filho(a) de Ivanusa Roberto de Lima e José Aderivaldo Alexandre Alves, natural de São José do Egito/PE, nascido(a) em 13/12/1994 (22 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Projetada, Nº 240, complemento APT 108-BLOCO 9- RESIDENCIAL MORUMBI, tendo como ponto de referência Após a Granja de Esquerdinha, telefone(s) para contato (83) 99631-8530.

Dados do(s) Fatos:

Local: Rua Abelardo Targino da Fonseca, Próximo Ao Campo do Santos, João Pessoa/PB, bairro Ernesto Geisel; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 09/01/17 21:45h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **OUTROS FATOS**.

Objeto(s) Envolvido(s):

(1) **Moto**, modelo WY 50 Q JET, marca WUYANG, tipo de veículo CICLOMOTOR, cor PRETA, ano 2013/2014, chassi LWYMCA208E6005975, renavam 031117

(2) **Automóvel**, modelo UNO VIVACE, marca FIAT, tipo de veículo PASSEIO, cor VERMELHO, ano 2010/2011, placa NQB-8605, chassi 9BD195152B0006471

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

Que no dia 09/01/2017, por volta das 21:45 horas, estava pilotando o CICLOMOTOR JET, pela Rua Abelardo Targino da Fonseca, quando outro veículo (FIAT UNO VIVACE) que vinha em sentido contrário foi convergir a esquerda e acabou colidindo no CICLOMOTOR que o comunicante conduzia e na sua garupa estava a passageira MARIA ADRIANA ALVES DE SOUSA (CPF: 085.269.434-21); Que o impacto foi na lateral direita do UNO VIVACE e o comunicante e a garupa caíram ao solo; Que o comunicante ficou desorientado e a garupa teve fratura exposta no joelho e rompimento de 2 tendões da mão direita e foram conduzidos ao Hospital de Trauma S. Humberto Lucena; Que a motorista (VIRGÍNIA PEREIRA DE ALMEIDA) do veículo UNO VIVACE esperou pelo SAMU e a família no local; Que o ciclomotor ficou bastante danificado, com falhas no motor e peças quebradas.

ADENDO(S):

Que na data 04/10/2017, à(s) 13:38 horas, na Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob a responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouvea Neiva Almeida, matrícula 1560913, compareceu o(a) noticiante para realizar o seguinte adendo: O noticiante vem acrescentar que é proprietário da moto, modelo WY 50 Q JET, já especificada no BO, bem como que a Sr.ª Maria Adriana Alves de Sousa é sua companheira, inscrita no CPF 085.269.434-21, e portadora do RG 3.497.190 SSDS-PB.. Adendo registrado por: Maria Iva de Sousa Vieira, Agente de Investigação, matrícula: 1819763.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fê.

Procedimento Policial: 00436.01.2017.1.00.401



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

| | |
|--------------------|------------------------------|
| NOME DO PACIENTE | MARIA ADRIANA ALVES DE SOUZA |
| DATA DE NASCIMENTO | 14/06/92 |
| NOME DA MÃE | GERALDO ALVES DE SOUZA |

DADOS EXTRAÍDOS

| | |
|------------------------|---|
| BOLETIM DE ENTRADA N.º | 937.033 (973033) |
| PRONTUÁRIO N.º | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX |
| DATA DO ATENDIMENTO | 09/01/17 |
| HORA DO ATENDIMENTO | 22:53 |
| MOTIVO DO ATENDIMENTO | ACIDENTE DE MOTO |
| DIAGNÓSTICO (S) | LUXAÇÃO DO SEMILUNAR DIREITO + FRATURA DO METACARPO DIREITO |
| CID 10 | V 23 + S 62.3.0 + S 62.1 |

AVALIAÇÃO INICIAL:

PACIENTE DEU ENTRADA NESTE SERVIÇO, VÍTIMA DE COLISÃO VEÍCULO X MOTO, RESGATADO PELO SAMU, QUEIXANDO-SE DE DOR EM PUNHO DIREITO, CEFALÉIA E DOR EM JOELHO DIREITO, E APRESENTA AINDA, FERIMENTO IMPORTANTE EM PUNHO ESQUERDO E FCC EM JOELHO DIREITO. GLASGOW 15.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX DE PUNHO DIREITO- RELATO COT- DISJUNÇÃO PERILUNAR + FRATURA DO 2º METACARPO.

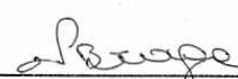
RX DO JOELHO DIREITO

TC DE CRÂNIO- FOCO DE CALCIFICAÇÃO EM REGIÃO SUBCORTICAL OCCIPITAL ESQUERDA.

TRATAMENTO

PACIENTE AVALIADA POR NCR E COT, CONSTATANDO-SE INSTABILIDADE PERI-LUNAR (DISJUNÇÃO) + FRATURA DO 2º METACARPIANO. IMOBILIZADO COM TALA LUVA E ENCAMINHADA AO ORTOTRAUMA PARA TRATAMENTO CIRÚRGICO, CONFORME PACTUAÇÃO. MEDICADA.

| | |
|------------------|---------------------------|
| ALTA HOSPITALAR: | TRANSFERÊNCIA- 10/01/2017 |
| DATA DA EMISSÃO: | 26/02/2017 |


Drª. Joacila Braga Brandão
CRM: 1741/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO



Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Regional de Mangabeira

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0802833-42.2018.8.15.2003

DESPACHO

Vistos, etc.

A parte autora afirma que houve negativa administrativa pela seguradora ré. Entretanto, pelo que se vê, o pedido administrativo estava pendente (ID 13509361), aguardando a juntada de documentos por parte da autora, não sendo informado se o requerimento foi, de fato, reusado pela seguradora.

Assim, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, apresentando a prova da negativa do pedido administrativo de DPVAT feito à seguradora, sob pena de extinção do feito sem julgamento do mérito.

JOÃO PESSOA, na data da assinatura eletrônica.

{Documentos datado e assinado eletronicamente - art. 2º, Lei 11.419/2006}

Juiz(a) de Direito



Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Regional de Mangabeira

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0802833-42.2018.8.15.2003

DESPACHO

Vistos, etc.

A parte autora afirma que houve negativa administrativa pela seguradora ré. Entretanto, pelo que se vê, o pedido administrativo estava pendente (ID 13509361), aguardando a juntada de documentos por parte da autora, não sendo informado se o requerimento foi, de fato, reusado pela seguradora.

Assim, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, apresentando a prova da negativa do pedido administrativo de DPVAT feito à seguradora, sob pena de extinção do feito sem julgamento do mérito.

JOÃO PESSOA, na data da assinatura eletrônica.

{Documentos datado e assinado eletronicamente - art. 2º, Lei 11.419/2006}

Juiz(a) de Direito

anexo

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 1ª
VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

JUSTIÇA GRATUITA

MARIA ADRIANA ALVES DE SOUSA, devidamente singularizada nos autos do processo, vem, por seus procuradores e advogados *in fine* assinados, onde recebem intimações e notificações da espécie, perante a Vossa Excelência, emendar a inicial nos termos do despacho retro.

O autor deu entrada no processo administrativo, onde foi gerado o sinistro de n.º 3170603357. Ocorre que é uma prática da seguradora burocratizar o procedimento administrativo, afim de barrar os pagamentos da indenização.

Arquivo Editor Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

Email - cynthia_griolo@hotmail.com x Tribunal de Justiça da Paraíba x CARTÃO DE VISTA ADVOGADO x Creta Paraíba v2.18.0 - 7a, 9a, 10a x Seguradora Líder-DPVAT A... x https://app.tjpb.jus.br/custasonline/ x

seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx?cpfConsultaPedido=517183817401&sinistroConsultaPedido=3170603357

Como Pedir Indenização

- Documentos Despesas Médicas
- Documentos Invalidez Permanente
- Documentos Morte
- Dicas Indispensáveis

Pague Seguro

- Como Pagar
- Consulta a Pagamentos Efetuados
- Informações Gerais

Acompanhe o Processo

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3170603357 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA MARIA ADRIANA ALVES DE SOUSA
COBERTURA Invalidez
PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB
BENEFICIÁRIO MARIA ADRIANA ALVES DE SOUSA
CPF/CNPJ: 08526943421

Posição em 04-10-2018 16:28:15
Seu pedido de indenização foi negado, pois não recebemos a documentação complementar que foi solicitada em nossa última correspondência.

| Data da Carta | Referência | Ver Carta |
|---------------|--------------------------|-----------|
| 04/10/2018 | Negativa por ausência de | |

No caso em comento, o autor teve seu benefício negado, por não ter condições de fornecer a documentação solicitada, qual seja o boletim de ocorrência, uma vez que a seguradora requer que a ocorrência seja feita em até 30 dias após o acidente, documento esse que não é exigido por Lei para recebimento do seguro.

Diante do exposto, requer o prosseguimento do feito, tudo por ser de inteira e
lídima justiça.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

João Pessoa/PB, 04 de outubro de 2018.

ANEXO

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

| | |
|--|-----------------|
| Danos Corporais Totais | Percentual |
| Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico | da Perda |

| | |
|---|-------------------------------|
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores | 100 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior | |
| Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral | |
| Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental | |
| alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre | |
| deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) | |
| comprometimento de função vital ou autonômica | |
| Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital | |
| Danos Corporais Segmentares (Parciais) | Percentuais das Perdas |
| Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos | 70 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés | 50 |
| Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar | 25 |
| Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão | 10 |

| | |
|--|-------------------------------|
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé | |
| Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais | Percentuais das Perdas |
| Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho | 50 |
| Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral | 25 |
| Perda integral (retirada cirúrgica) do braço | 10 |

**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
COMARCA DE JOÃO PESSOA
1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA**

PROCESSO NÚMERO - 0802833-42.2018.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM (7)

ASSUNTO(S): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: MARIA ADRIANA ALVES DE SOUSA

Advogados do(a) AUTOR: JOSE EDUARDO DA SILVA - PB12578, ALEXANDRA CESAR DUARTE - PB14438

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO

Vistos.

Defiro o pedido de gratuidade de justiça.

Como é cediço, o art. 334, do CPC estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Em que pese o texto legal, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A parte autora busca no Judiciário a revisão do ato que indeferiu o pedido no âmbito extrajudicial, apenas reapresentando a situação de fato ao juízo sem a complementação de provas, trazendo os mesmos exames já levados à perícia administrativa.

Ademais, a experiência prática demonstra que as seguradoras não vêm realizando acordos em demandas congêneres, até mesmo quando se antecipa a produção da prova pericial, razão pela qual deixo de designar audiência prévia de conciliação.

Cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344, do CPC.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito